

**Tribunal de Justiça do  
Estado de Rondônia**

**Concurso Público  
Edital 01/2024**



**Analista Judiciário – Contador**

**MANHÃ**

**PROVA TIPO 1 – BRANCA**



## CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – CONTADOR

### CONHECIMENTOS GERAIS

#### LÍNGUA PORTUGUESA

##### Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo

*Juiz destacou a importância da dignidade e honra do indivíduo, considerando a abordagem discriminatória da fiscal do estabelecimento.*

O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras na caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.

O calçado havia sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando o exercício de um direito é exacerbado e afeta a dignidade do ofendido.

Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.

O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvio de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.

*(Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/>. Acesso em: novembro de 2024.)*

#### Questão 01

**Considerando o texto, assim como o suporte textual em que é veiculado, pode-se afirmar que sua principal finalidade é:**

- A) Persuadir o leitor a concordar com a decisão proferida pelo Juiz.
- B) Confrontar, por meio de informações, comportamentos e atitudes racistas presentes no cotidiano.
- C) Apresentar informação conferindo visibilidade a acontecimento cuja temática mostra-se relevante para a sociedade.
- D) Fazer com que o leitor reconheça e se posicione sobre a realidade da existência da prática de racismo presente na sociedade.
- E) Desenvolver a consciência de um número considerável de pessoas, por meio do alcance midiático, assim como a participação no debate social referente à questão da igualdade racial.

#### Questão 02

**Considerando ainda o título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, assinale, a seguir, a afirmativa correta.**

- A) É possível reconhecer a importância da ação do jovem.
- B) O furto do chinelo, assim como a acusação, não podem ser confirmados no texto considerando-se a decisão punitiva declarada.
- C) A autoria da acusação está explicitada sintaticamente pelo emprego da forma verbal na construção do período que o constitui.
- D) A compreensão do título de forma isolada ocorre por meio de pressupostos possíveis e pode ser confirmada a partir da leitura do texto do qual faz parte.
- E) Considerando as funções sintáticas ocupadas por “supermercado” e “jovem acusado”, pode-se reconhecer todo o contexto da informação apresentada no título.

**Questão 03**

Uma reescrita do título “*Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo*”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:

- A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.
- B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.
- C) “Estabelecimento comercial será obrigado a indenizar em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”.
- D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.
- E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.

**Questão 04**

Em “*O calçado havia sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.*” (3º§), a expressão “*havia sido comprado*” só NÃO pode ser substituída por:

- A) “fora comprado”.
- B) “fosse comprado”.
- C) “teria sido comprado”.
- D) “tinha sido comprado”.
- E) “já havia sido comprado”.

**Questão 05**

Em “*O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.*” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:

- A) Adjuntos adnominais.
- B) Complementos verbais.
- C) Complementos nominais.
- D) Expressões com funções adverbiais.
- E) Termos subordinados sintaticamente.

**Questão 06**

Observe o período “*A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.*” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:

- A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.
- B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.
- C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.
- D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.
- E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.

**Questão 07**

Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvio de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:

- A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.
- B) A importância dos nomes citados para a compreensão do texto e da situação abordada.
- C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.
- D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.
- E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.

**Questão 08**

Em “[...] *a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.*” (4º§), é possível observar:

- A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.
- B) Afirmação, negação, justificativa e mediação.
- C) Limitação, controvérsia, causa e consequência.
- D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.
- E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.

**Questão 09**

**“O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras na caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:**

- A) A expressão “suas compras” faz referência aos amigos do jovem que estavam em companhia dele naquele momento.
- B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.
- C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.
- D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.
- E) Em “suas compras” fica claro que além do jovem citado, os demais amigos estavam envolvidos no mesmo tipo de ação, confirmando o questionamento feito irregularmente a apenas um deles.

**Questão 10**

**Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.**

- A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)
- B) “A doutrina de Sílvio de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa [...]” (9º§)
- C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)
- D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)
- E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)

**Questão 11**

**Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO demonstra o expresso anteriormente:**

- A) “[...] estava pagando suas compras na caixa.” (2º§)
- B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)
- C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5º§)
- D) “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, [...]” (2º§)
- E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]’” (4º§)

**Questão 12**

**A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:**

- A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.
- B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.
- C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.
- D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.
- E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.

**Questão 13**

**Em “Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como ‘a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo’.” (10º§), é possível identificar o emprego do acento grave indicativo de crase, que seria mantido caso:**

- A) “normalidade” fosse substituído por “expectativa”.
- B) “à normalidade” fosse substituído por “à princípio”.
- C) “fugindo” fosse substituído por “não identificando”.
- D) Houvesse omissão do complemento verbal da ação “fugir”.
- E) “fugindo à normalidade” fosse substituído por “de acordo com à normalidade”.

**Questão 14**

Considerando o emprego da vírgula em “*O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.*” (2º§) pode-se afirmar que:

- A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.
- B) Apenas a primeira vírgula é obrigatória.
- C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.
- D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.
- E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.

**Questão 15**

A mesma justificativa de acentuação gráfica pode ser identificada no grupo indicado em:

- A) é, já, vítima.
- B) contrário, é, também.
- C) indício, cível, aparência.
- D) critérios, indivíduo, distúrbio.
- E) após, inconveniência, também.

**CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS**

**Questão 16**

Considerando o âmbito de aplicação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia deve obrigatoriamente aplicá-la quando no desempenho de sua função precípua, ou seja, no desempenho de sua atribuição de legislar.
- ( ) A referida Lei não abrange fundos especiais que existam ou que possam vir a ser instituídos e controlados pela Administração Pública.
- ( ) Não se subordinam à referida Lei os contratos firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, haja vista se tratar de uma instituição do Poder Judiciário estadual.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, F, V.
- E) F, F, F.

**Questão 17**

Todas as afirmativas a seguir estão consoantes com o Modelo de Gestão por Competências, EXCETO:

- A) Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com três tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais.
- B) Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo pode ser irrelevante para outro.
- C) Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles.
- D) Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da instituição, com as competências apresentadas por seus ocupantes.
- E) Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento sustentável para a instituição.

## Questão 18

Novembro é o mês dedicado, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), à realização de Campanha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação. No mês de outubro, Helena, analista judiciária, foi incumbida por sua chefia imediata a elaborar cartilha informativa a ser distribuída nas diversas repartições do Tribunal a respeito do tema, de acordo com a Resolução nº 307/2023, do TJRO. No material produzido constaram as seguintes afirmativas, sobre as quais sua chefia apontou que apenas uma é correta; assinale-a.

- A) Recebida denúncia anônima de assédio moral, sexual ou discriminação, caberá às Comissões de Prevenção e Enfrentamento o levantamento de provas da materialidade dos fatos da notícia.
- B) Quando se amoldarem, direta ou indiretamente, ao conceito de discriminação trazido pela resolução, qualquer conduta será como tal considerada, desde que praticada de maneira intencional.
- C) São agentes públicos para a referida resolução, entre outros, magistrados, servidores efetivos e comissionados, ainda que sem vínculo efetivo com a Administração Pública, inclusive em exercício provisório.
- D) A resolução estabelece tratamento idêntico para todas as notícias recebidas pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação, sejam envolvendo magistrados, servidores efetivos ou comissionados.
- E) Considera-se “âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia”, para os fins da Resolução, qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à prestação jurisdicional de 1º e 2º graus e à administração, excetuadas aquelas relativas ao ensino, pesquisa, extensão e cultura.

## Questão 19

Analise as situações hipotéticas a seguir.

- I. Em pesquisa realizada no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), procedeu-se à utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde em definitivo a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo; no caso, foi realizado o procedimento de pseudonimização.
- II. João, analista judiciário do TJRO, ao realizar o tratamento de dados pessoais no Tribunal e em nome deste, é considerado controlador de dados para os fins da legislação pertinente; Maria, pessoa cujos dados pessoais foram tratados, a seu turno, é considerada agente de tratamento.
- III. Adonias, ao proceder com pedido de acesso a informações de interesse público perante o TJRO, nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), deve informar seus dados de identificação, a especificação da informação requerida e o motivo determinante da solicitação de informações.
- IV. Ana, servidora efetiva do TJRO, e Mariana, estagiária em caráter temporário do mesmo Tribunal, devem observar os princípios e regras dispostos no Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) IV.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

## Questão 20

Os conceitos de infância, adolescência, sexo e gênero são construtos sociais reforçados por uma educação patriarcal e heterocis-normativa que estabiliza e padroniza a sociedade, por meio de um controle social e econômico. Como resultado, faz-se incomum a expectativa de ter um filho LGBTQIA+. Exames realizados durante a gestação podem reconhecer a genitália e o cariótipo do feto e a partir daí o bebê é designado como menino ou menina. Apesar de ultrassonografias e cariótipos não avaliarem orientação sexual e identidade de gênero, possibilidades diferentes da heterocisnormatividade não costumam ser concebidas na idealização que a família faz para esse indivíduo. No entanto, a criança imaginada pode não corresponder à real, seja ao nascimento, como acontece nos casos de crianças intersexo, ou, mais tardiamente, na infância e na adolescência.

(CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021.)

Em relação ao desenvolvimento da infância e da adolescência das pessoas LGBTQIA+, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Não enxergar uma criança como ela é, mas como se quer que ela seja, é uma vivência frequente de LGBTQIA+.
- B) A rejeição parental e da sociedade geram impactos negativos na criança e no adolescente LGBTQIA+. No entanto, não há que se falar em repercussões de tais impactos na saúde física e mental na vida adulta, uma vez que cada fase vivida é independente e singular.
- C) A infância é um momento crucial para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Segurança, confiança, autoestima, autonomia, iniciativa, sociabilidade e criatividade são alguns exemplos de capacidades adquiridas nesse momento da vida quando a criança é atendida em suas necessidades e estimulada adequadamente.
- D) Com a chegada da puberdade, os caracteres sexuais secundários começam a se desenvolver, causando em pessoas cisgênero um estranhamento inicial e uma aceitação e até orgulho posterior. A curiosidade pelo próprio corpo migra para o interesse pelos outros e a orientação sexual se torna mais clara, por meio da sensação de atração e desejos.
- E) Considera-se que a adolescência é a transição da infância para a vida adulta, caracterizada por transformação, mudança de estilo e de personalidade. Durante essa fase, a busca da identidade e da independência são os principais objetivos, e para conquistá-las o adolescente passa por uma fase de experimentação, testando comportamentos diferentes, modificando suas relações familiares, descobrindo o próprio corpo e desenvolvendo novas habilidades.

## Questão 21

O envelhecimento da população constitui uma das mais significativas mudanças demográficas no século XXI. Pela primeira vez na história haverá menos crianças do que pessoas idosas no mundo. Há cerca de 700 milhões de pessoas no mundo com mais de 60 anos (o que corresponde a aproximadamente 10% da população mundial) – até o final da década esse número atingirá 1 bilhão.

(PIOVESAN, F. *Temas de Direitos Humanos – 13ª Edição. Rio de Janeiro: SRV, 2024.*)

**O crescimento da população idosa provoca inúmeras alterações sociais, seja de cunho familiar, seja quanto ao impacto laboral, financeiro, assistencial, previdenciário, no transporte, na cultura, na liberdade e na autonomia da vontade, no lazer e na saúde, mostrando-se cada vez mais relevante o estudo das condições da qualidade de vida da população idosa, em consonância com a dignidade da pessoa humana, a fim de garantir um envelhecimento digno. Nesse ínterim, há que se falar do surgimento de alguns mecanismos nacionais de proteção à pessoa idosa, entre eles, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Com base no referido Estatuto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) Os crimes definidos nessa Lei são de ação penal pública condicionada à representação, o que prioriza a autonomia da pessoa idosa.
- ( ) Quem recusa, retarda ou omite dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos da pessoa idosa, quando requisitados pelo Ministério Público pratica, em tese, crime punível com detenção.
- ( ) É isento de pena o filho, maior e capaz, que furta, sem qualquer causa excludente de ilicitude, um relógio do seu genitor, com 80 anos de idade, por se enquadrar em uma situação abrangida pelas denominadas “excusas absolutórias”.
- ( ) Constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa, uma vez que tal negativa fere a dignidade da pessoa humana.

**A sequência está correta em**

- A) V, V, V, V.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, F, V.
- D) F, V, F, V.
- E) F, F, F, F.

## Questão 22

**Uma empresa de mineração solicita licença ambiental para explorar um novo depósito mineral em uma área de bioma protegido por lei e com alta biodiversidade. A avaliação de impacto ambiental exigida pelo procedimento administrativo é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que, apresentado pela empresa, demonstrou que a atividade minerária causará danos irreversíveis ao ecossistema local, incluindo a extinção de espécies endêmicas. Diante desse cenário, com base na Constituição Federal de 1988, no conceito de desenvolvimento sustentável e na compreensão dos princípios do Direito Ambiental, assinale a afirmativa correta.**

- A) A licença ambiental pode ser concedida, com base nos Princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Atividade Econômica, desde que a empresa assegure benefícios econômicos destinados à redução das desigualdades regionais.
- B) A licença ambiental pode ser concedida, desde que a empresa obtenha autorização dos proprietários das terras adjacentes à área de mineração, diante serem os maiores interessados na preservação do meio ambiente diretamente afetado.
- C) A licença ambiental pode ser concedida, com fundamento no Princípio da Precaução, desde que a empresa implemente medidas mitigadoras eficazes para minimizar os impactos ambientais cientificamente confirmados pelo EIA, como a criação de uma unidade de conservação em outra área.
- D) A licença ambiental não pode ser concedida, com fundamento no Princípio da Prevenção, haja vista confirmação científica do irremediável impacto ambiental, por meio do EIA, cabendo ao poder público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- E) A licença ambiental deve ser concedida, com fundamento no Princípio da Prevenção, pois a atividade econômica é essencial para o desenvolvimento do país, incorporando-se, indissociavelmente, ao conceito de desenvolvimento sustentável, bastando que a empresa se comprometa a compensar os danos ambientais confirmados pelo EIA.

## Questão 23

Um município situado em uma região de mata atlântica no Brasil, ao perceber o aumento da manipulação ambiental em áreas de preservação, decide regulamentar atividades de impacto ambiental dentro de seu território, elaborando normas próprias de fiscalização e licenciamento para empreendimentos que afetam diretamente a fauna e a flora locais. No entanto, alguns empresários do setor imobiliário contestaram a regulamentação municipal, alegando que apenas a União possui competência para legislar sobre o meio ambiente. Com base na situação hipotética descrita, conforme a interpretação da Constituição Federal de 1988 quanto às competências dos entes federativos para legislar sobre a proteção ambiental, assinale a afirmativa correta.

- A) A competência para legislar sobre o meio ambiente é privativa dos Estados e da União, sendo permitida ao município apenas a função de fiscalização e execução de atividades administrativas.
- B) O município possui competência para legislar de forma complementar sobre meio ambiente, desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.
- C) O município não possui competência para legislar sobre o meio ambiente, pois tal competência é exclusiva da União, sendo inconstitucional qualquer regulamentação ambiental por parte dos municípios.
- D) Apenas a União e os Estados possuem competência legislativa concorrente em matéria ambiental, sendo vedado ao município qualquer elaboração normativa cuja matéria seja de conteúdo ambiental.
- E) O município possui competência privativa para legislar sobre o meio ambiente em seu território, com fundamento na predominância do interesse local, estabelecendo normas gerais que prevalecem sobre as da União e dos Estados.

## Questão 24

A Constituição do Estado de Rondônia, de 28 de setembro de 1989, trouxe importantes disposições acerca da organização do Estado. Analise as afirmativas a seguir acerca do Poder Judiciário e os Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia.

- I. Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem; a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 até 2000 servidores terá direito a licenciar até quatro servidores.
- II. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a 90 inteiros e 25 centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.
- III. Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente: nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e os Prefeitos; nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, entre outros, os Juízes de Direito e os membros do Ministério Público.
- IV. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos nomeados, após a realização de concurso público de provas e títulos, tendo competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei. Os Juízes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

De acordo com a Constituição do Estado de Rondônia de 1989, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

## Questão 25

Considerando que a Lei Complementar nº 94, de 3 de novembro 1993, criou o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia (COJE), analise as afirmativas a seguir.

- I. Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.
- II. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito para mandato de quatro anos, na forma do COJE e do Regimento Interno do Tribunal; ao Corregedor-Geral cabe promover a correição das Comarcas do Estado a cada dois anos.
- III. O Tribunal do Júri, na sua organização, composição e competência, obedecerá às disposições do Código de Processo Penal e funcionará na sede da Comarca; incumbe aos Juízes, ressalvada a competência das autoridades superiores, organizar o alistamento dos jurados para o Tribunal do Júri e proceder, anualmente, sua revisão.
- IV. Compõem o Sistema Estadual dos Juizados Especiais: I – a Turma de Uniformização de Jurisprudência; II – as Turmas Recursais; e III – os Juizados Especiais.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.

## Questão 26

Uma pessoa designada ao cargo de analista de Tecnologia da informação (TI) do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) está investigando um problema de desempenho em determinado computador. Observou-se que um processo em segundo plano está consumindo muitos recursos de CPU, prejudicando o desempenho de outros programas essenciais. Evidencia-se a necessidade de alterar a prioridade do processo para liberar recursos de CPU para os aplicativos críticos. Qual é o local correto no *Windows* para alterar a prioridade de um processo em execução?

- A) Acessar o menu Configurações do *Windows*, na seção “Sistema e desempenho”, e ajustar a prioridade diretamente.
- B) Acessar o aplicativo Serviços, localizar o serviço correspondente ao processo e alterar sua prioridade nas configurações do serviço.
- C) Utilizar o Gerenciador de Dispositivos, localizar o processo relacionado e definir sua prioridade na guia de propriedades avançadas.
- D) Por meio do Gerenciador de Tarefas, localizar o processo e, em seus detalhes, selecionar o *status* de priorização em “Definir prioridade”.
- E) Navegar até o Painel de Controle, na seção “Gerenciamento de Energia”, e ajustar a prioridade dos processos por meio do plano de energia ativo.

## Questão 27

Durante o monitoramento dos sistemas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), a equipe de segurança identificou várias ocorrências envolvendo diferentes tipos de *malware*. A seguir encontram-se situações reais que descrevem características e comportamentos observados em vírus, *worms* e outros tipos de pragas virtuais; analise-as.

- I. Vírus: um tipo de *malware* que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.
- II. Worm: um *malware* que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, *worms* são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para *trojans*.
- III. Ransomware: um *malware* que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.
- IV. Trojan: um *software* que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar *backdoors* ou outros tipos de *malware*.
- V. Spyware: um *malware* projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros *malwares*, como *worms* ou *trojans*.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e V, apenas.
- E) I, III, IV e V, apenas.

## HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## Questão 28

Analise as assertivas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “A cafeicultura, que já foi uma das principais atividades econômicas de Rondônia, passou por um processo de desaceleração na produção e de redução de sua importância na economia regional entre 2001 e 2010. Entretanto, a partir de 2010, voltou a ganhar importância, destacando-se desde então como a terceira atividade agrícola em termos de área cultivada e a quarta do estado em relação ao valor total da produção no estado.”

### PORQUE

- II. “Essa reativação e retomada da importância da cafeicultura para a economia de Rondônia é resultado de um processo de modernização da atividade, com a introdução de novas tecnologias ao meio produtivo, possibilitadas a partir de instituições públicas e privadas que desenvolvem novas técnicas, elevando a produtividade e qualidade do produto estadual.”

(SILVA, E. A. da. et.al. *Transição sociotécnica na cadeia produtiva do café no estado de Rondônia. Revista Ciências da Sociedade*, vol. 4, nº 7, 2020.)

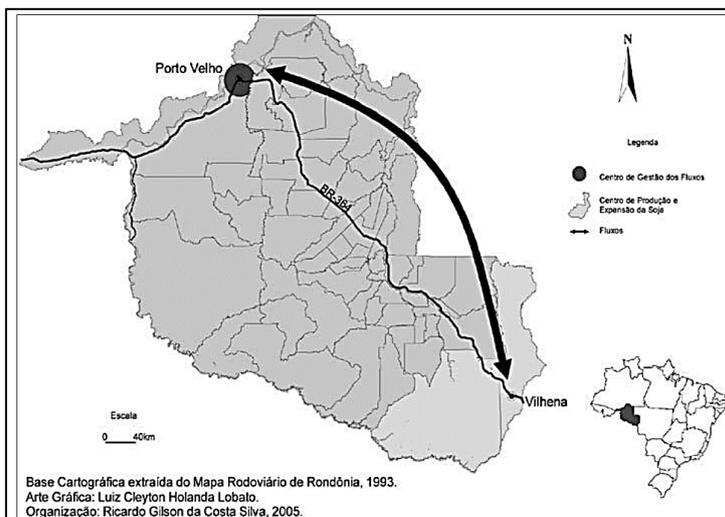
Assinale a alternativa correta.

- A) A assertiva I é verdadeira; e a II falsa.
- B) A assertiva I é falsa; e a II verdadeira.
- C) As duas assertivas são falsas.
- D) As duas assertivas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.
- E) As duas assertivas são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

**Questão 29**

Observe o mapa e leia o fragmento de texto a seguir.

**Centro de produção de soja (Vilhena) e o centro de gestão dos fluxos (Porto Velho) interligados pela BR-364**



A trajetória econômica rondoniense demonstra a rapidez das transformações espaciais, quando o modelo econômico extrativista-fluvial predominante até a década de 1960, se transforma em produção agropecuária a partir da implantação de projetos de colonização agrícola na década de 1970. Rompe-se o extrativismo na medida em que a agropecuária passa a ser produzida em escala comercial, dando origem à estrutura fundiária com pequenas, médias e grandes propriedades.

(RICARTE, C. A. de A.; SILVA, R. G. da C. *Agrohidronegócio e dinâmicas territoriais em Rondônia*. Revista *GEONORTE*, vol. 8, nº 28, 2017.)

**Considerando a análise do mapa e a rapidez das transformações espaciais no território rondoniense, assinale a afirmativa INCORRETA a respeito desse processo.**

- A) A economia rondoniense, até a década de 1960, resumiu-se praticamente à extração de borracha e castanha-do-pará; entretanto, a descoberta de ouro e cassiterita fomentou a imigração para o estado, o que resultou na reestruturação socioespacial sustentada pela pequena produção familiar.
- B) A partir do final da década de 1990, foram introduzidas em Rondônia as primeiras lavouras de soja, em particular na região conhecida como “Cone Sul rondoniense”, constituída pelos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia, o que tornou essa área o principal centro de produção de grãos do estado.
- C) Em Rondônia, o rio Madeira se converteu em um corredor de exportação de *commodities*, especialmente soja e milho, a partir da constituição de um sistema multimodal de transporte que articula a produção de grãos do oeste de Mato Grosso e da região de Vilhena à Hidrovia Madeira-Amazonas, à BR-364 e ao Porto da capital do estado.
- D) O sistema agrícola, ancorado na produção de monoculturas de grãos, demanda recursos crescentes de terra e água e, em função disso, observa-se que o uso das águas na região – seja para transporte ou produção de energia – passou a ser interesse de grupos diversos que se apropriam dos bens naturais para a produção de *commodities* como a soja.
- E) A organização do espaço agrário rondoniense modelou-se a partir de processos de imigração espontânea da população nordestina, que, a partir do século XIX, afluiu para essa região fugindo das secas periódicas que assolavam a região da Caatinga, e que passaram então a desenvolver atividades econômicas em articulação com os povos indígenas que ali viviam.

**Questão 30**

No dia 8 de maio de 2023 ocorreu, na cidade Porto Velho, Rondônia, o lançamento do relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH e do caderno de conflitos no campo (2022) da CPT. Segundo os dados do relatório do CNDH e da CPT, Rondônia é o estado da Amazônia onde mais se mata lutadores de direitos humanos, da luta pela terra, territórios e natureza. A abertura desta urgente pauta foi marcada pelo relato de lideranças indígenas, quilombolas e camponeses sobre a violência direcionada às camadas da sociedade – notadamente, as minorias.

(MATOS, L. *Cercamentos expropriatórios sobre os grupos comunitários na Amazônia: análise de um território camponês em Rondônia*. Terra Livre, São Paulo, ano 38, vol. 2, nº 61, 2023.)

**A intensificação dos conflitos socioambientais na região amazônica e em Rondônia, em particular, tem ocorrido em decorrência dos seguintes fatores, EXCETO:**

- A) Exploração ilegal de madeira de elevado valor comercial.
- B) Aumento de atividades de mineração em terras indígenas.
- C) Disputas em torno de diferentes usos para as bacias hidrográficas.
- D) Extrativismo de produtos florestais e manejo florestal sustentável.
- E) Cercamentos expropriatórios sobre os territórios dos grupos comunitários.

## Questão 31

Leia o fragmento a seguir, escrito pelo geógrafo Ricardo Gilson da Costa Silva, professor da UNIR/RO.

A ferrovia foi o primeiro sistema de engenharia produzido no espaço regional que efetivamente conduziu a dois processos geográficos estruturantes em Rondônia. Primeiro, a ferrovia espacializa a totalidade e a modernidade do mundo na periferia brasileira; segundo, introduz uma efetiva ocupação regional que será reproduzida em vilas, povoados e cidades, adentrando o território, sendo a gênese da ocupação regional.

(SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, Belém, nº 2, vol. 1, 2014.)

Assim, a ocupação do espaço de Rondônia se realiza a partir de:

- I. Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.
- II. Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.
- III. Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.
- IV. Impactos regionais relacionados à construção da hidrovia Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

Sobre o processo de ocupação e produção do espaço de Rondônia, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) I e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

## Questão 32

A geografia física do estado de Rondônia caracteriza-se por um extenso domínio de terrenos de cotas modestas, em grande parte, embasados por rochas metamórficas, ígneas e sedimentares de diversas idades, resultantes de longos e elaborados períodos de aplainamento generalizado do relevo regional do estado. Essas vastas superfícies estão, invariavelmente, posicionadas em cotas entre 100 e 300 metros de altitude. Entretanto, ressalta-se, de forma disseminada ao longo do estado de Rondônia, um conjunto de terrenos dissecados em relevos residuais (destacando-se a Chapada dos Pacaás Novos, com altitudes que superam 1.000 metros, e a Chapada dos Parecis, sustentando cotas em torno de 600 metros). Destacam-se, ainda, as extensas zonas deposicionais localizadas nos dois eixos de drenagem principais no Estado: o vale do rio Madeira (em especial, a jusante de Porto Velho) e o amplo vale do rio Guaporé, este resultante de uma espreada sedimentação quaternária na Bacia do Guaporé.

(DANTAS, M. E. et.al. Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. et.al. Orgs. Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos – XII RCC. Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho, 2017.)

Considerando o excerto e, a respeito do ambiente amazônico e suas estruturas físicas e ambientais, é INCORRETO afirmar que:

- A) A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.
- B) Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.
- C) Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.
- D) Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.
- E) Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e *inselbergs*.

## Questão 33

Analise as assertivas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “A importância estratégica da região (amazônica) e a necessidade de seu melhor conhecimento e uma devida “ocupação”, podem ser mensuradas pelos mapas desenvolvidos tanto por portugueses quanto por espanhóis entre os séculos XVIII e XIX. Neles há protagonismo do vale do Guaporé-Mamoré-Madeira, inclusive um forte foi planejado e construído às margens do Guaporé como consolidação da fronteira portuguesa na região.”

### PORQUE

- II. “O desenvolvimento industrial da segunda metade do século XIX, principalmente com a expansão da indústria automobilística no final desse século, levou ao interesse de grandes empresas internacionais na extração e compra da borracha, que era extraída de árvores seringueiras nativas da região amazônica.”

(ALCANTRA, Mauro. Uma breve contextualização sobre a “ocupação” e “colonização” do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. et al. Orgs. Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos – XII RCC. Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho, 2017.)

Assinale a alternativa correta.

- A) A assertiva I é verdadeira; e a II falsa.  
B) A assertiva I é falsa; e a II verdadeira.  
C) As duas assertivas são falsas.  
D) As duas assertivas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.  
E) As duas assertivas são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

## Questão 34

Ao considerar que o ano de 2014 foi um grande marco na proposta de Gestão de Águas no Estado de Rondônia, por ser decretada uma série de Comitês de Bacia Hidrográfica pelo então governador Confúcio Moura, a identificação das características de cada município inserido nos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH pode converter-se em um instrumento de reflexão, tanto para a diretoria dos CBH quanto aos gestores municipais inseridos na mesma.

(SILVA, F. M.; CARMELLO, N.; MEDEIROS, P. S. de M. de. Relatório de análise estatística da bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado – RO. Ciência Geográfica. Bauru, vol XXV, num 2, jan/dez 2021, pp 513-528.)

A importância da bacia dos rios Branco e Colorado, no que se refere à produção econômica regional e às questões socioambientais em Rondônia, se articula aos seguintes fatores, EXCETO:

- A) Desenvolvimento de atividades econômicas centrais para o estado de Rondônia, como a oferta de serviços qualificados.  
B) Presença da Comunidade Quilombola Pedras Negras, localizada no encontro das bacias desses dois rios com o rio Guaporé.  
C) Múltiplos usos das águas desta bacia, desde a geração de energia hidrelétrica até a utilização para irrigação e piscicultura.  
D) Concentração de atividades econômicas na porção noroeste do CBH-RCB, onde se observa maior número de outorgas para uso das suas águas.  
E) Presença de áreas destinadas a terras indígenas e reservas biológicas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e Reserva Biológica do Guaporé.

## Questão 35

A atividade pesqueira artesanal está presente em todo o território de Rondônia. Ao analisar e relacionar as Colônias de Pescadores de Rondônia – entidade onde os pescadores são profissionais e estão organizados legalmente –, constatou-se a expressiva presença em 17 dos 52 municípios rondonienses, representado 33% do total. Isso comprova a forte presença da pesca artesanal em municípios, distritos e pequenas localidades que a praticam como relevante atividade.

(CRUZ, S. de S. L.; SILVA, R. G. da C. Território pesqueiro artesanal no estado de Rondônia: análise e reflexões. Revista Contribuciones a las ciencias Sociales, vol. 16, nº 2, 2023. Adaptado.)

A respeito da atividade pesqueira artesanal em Rondônia, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A pesca continua sendo a principal fonte de proteína animal para toda a população ribeirinha, que tem na sua extração fonte de alimento e sustento familiar.  
B) Os pescadores artesanais são responsáveis por todas as etapas do trabalho, desde a pesca propriamente dita, ao reparo nos equipamentos e comercialização dos peixes.  
C) Os pescadores artesanais encontram nessa atividade não apenas uma fonte geradora de emprego e renda, mas uma forma de construir relações sociais e seu modo de vida.  
D) A pesca artesanal se constitui em uma das mais tradicionais atividades extrativistas e de subsistência do estado, ocupando parte significativa da mão de obra nas cidades ribeirinhas.  
E) A pesca artesanal é uma atividade que utiliza embarcações de médio e grande porte e equipamentos modernos, porém adequados às características das bacias hidrográficas locais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO/ESPECIALIDADE**

**Questão 36**

Em 30/10/2023, a Cia. Meta assinou contrato com a Cia. Age, comprometendo-se a entregar 80 microcomputadores de última geração em 31/01/2024. As cláusulas de pagamento previam o seguinte: um pagamento de R\$ 80.000,00 na data do contrato, um de R\$ 40.000,00 na data da entrega e outro de R\$ 40.000,00, em 28/02/2024. Com base nos dados fornecidos, assinale a afirmativa correta.

- A) Na data da assinatura do contrato houve acréscimo no Patrimônio Líquido da Cia. Meta no valor de R\$ 80.000,00.
- B) De acordo com o regime de competência, no ano de 2023, foi reconhecida pela Cia. Meta uma receita de R\$ 80.000,00 em decorrência da operação.
- C) De acordo com o regime de competência, no ano de 2023, não foi reconhecida nenhuma receita pela Cia. Meta em decorrência da operação.
- D) Na data de assinatura do contrato, a Cia. Meta deverá dar baixa em seu estoque no valor correspondente a 50% do custo dos computadores vendidos.
- E) De acordo com o regime de competência, em 31/01/2024, deve ser reconhecida pela Cia. Meta uma receita de R\$ 40.000,00 em decorrência da operação.

Analise as informações a seguir para responder às questões de 37 a 39.

No encerramento do exercício social de 2023 foram extraídos os seguintes dados das Demonstrações Contábeis da João & Paulo Cia. Ltda.:

Deduções da Receita Bruta .....	R\$ 170.000,00
Passivo Circulante.....	R\$ 275.000,00
Ativo Intangível.....	R\$ 125.000,00
Lucro Líquido .....	R\$ 114.000,00
Passivo Não Circulante .....	R\$ 615.000,00
Investimentos.....	R\$ 180.000,00
Ativo Imobilizado.....	R\$ 425.000,00
Receita Bruta de Vendas .....	R\$ 740.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo .....	R\$ 370.000,00
Índice de Liquidez Corrente.....	1,10

**Questão 37**

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o valor do Passivo Exigível, em 31/12/2023:

- A) Supera o valor do ativo não circulante.
- B) É inferior ao total do Patrimônio Líquido.
- C) Se iguala ao valor do ativo não circulante.
- D) Supera o total do Patrimônio Líquido em R\$ 512.500,00.
- E) Excede o total do Patrimônio Líquido em R\$ 377.500,00.

**Questão 38**

Em 31/12/2023, o Índice de Liquidez Geral da João & Paulo Cia. Ltda. é de:

(Considere apenas duas casas decimais após a vírgula – sem arredondamento.)

- A) 0,64.
- B) 0,68.
- C) 0,72.
- D) 0,75.
- E) 0,78.

**Questão 39**

A Margem Líquida de Vendas e o Retorno sobre o PL (ROE) auferidos pela empresa João & Paulo Cia. Ltda., no exercício de 2023, foram, respectivamente, de:

(Desconsidere as casas decimais após a vírgula.)

- A) 12% e 15%.
- B) 15% e 20%.
- C) 18% e 21%.
- D) 20% e 22%.
- E) 20% e 24%.

## Questão 40

À luz da Lei de Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores), analise as afirmativas a seguir.

- I. As sociedades anônimas de capital aberto com patrimônio líquido na data do Balanço inferior a R\$ 2.000.000,00 estão dispensadas da publicação da Demonstração do Valor Adicionado.
- II. No Balanço Patrimonial, os ativos serão evidenciados conforme a liquidez dos elementos que representam, partindo dos menos líquidos para os mais líquidos.
- III. No Passivo, as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

## Questão 41

João, um renomado professor universitário, ministrava uma aula de Contabilidade Pública sobre o tema “campo de aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP”. Para testar os conhecimentos de seus alunos, proferiu as seguintes afirmações; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Os Fundos e as Autarquias devem adotar as NBC TSP de forma obrigatória. Já as Fundações Públicas estão incluídas no campo de aplicação facultativa.
- ( ) As entidades não incluídas no conceito de entidade do setor público, a exemplo das empresas estatais dependentes e os Conselhos Profissionais, poderão adotar as normas NBC TSP de forma facultativa.
- ( ) A Administração Direta em todas as esferas de governo está obrigada à adoção das referidas normas.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, F, V.
- C) F, F, V.
- D) V, F, F.
- E) F, V, F.

## Questão 42

Sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e com base na disciplina do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 10ª Edição – 2023), é correto afirmar que:

- A) O PCASP não permite o registro de transações envolvendo ativos intangíveis, sendo restrito a bens tangíveis e direitos.
- B) O PCASP é utilizado exclusivamente para fins de financeiro, não abrangendo a contabilidade orçamentária do setor público.
- C) As contas contábeis no PCASP são definidas por um conjunto único e rígido de categorias, aplicáveis de forma única para todos os entes federativos.
- D) A estrutura básica do PCASP é composta por uma única classe de contas, sem subdivisões, visando simplificar o controle financeiro e orçamentário das entidades públicas.
- E) O sistema contábil do setor público no Brasil é estruturado para refletir as variações patrimoniais e as alterações nos fluxos de recursos, permitindo a correta apuração do patrimônio e da execução orçamentária e, ainda, o controle de atos e fatos que possam vir a afetar o patrimônio público.

## Questão 43

É notório que o Estado necessita de recursos financeiros para o financiamento das políticas públicas que lhe compete executar, e, para tanto, deve arrecadar receitas. Quando essa arrecadação provém do usufruto de seu poder de império, isto é, de forma coercitiva, mediante a imposição de obrigações financeiras aos administrados, tais receitas recebem a denominação de Receitas:

- A) Derivadas.
- B) Ordinárias.
- C) Vinculadas.
- D) Originárias.
- E) Compulsórias.

# CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Considere os dados fornecidos a seguir para responder às questões de 44 a 47.

No exercício financeiro de 2023, o Município de Santa Cruz apresentou a seguinte movimentação orçamentário-financeira:

Receitas Orçamentárias	Previsão	Arrecadação
Receitas Patrimoniais	120.000,00	110.000,00
Transferências de Capital	200.000,00	180.000,00
Receitas de Serviços	60.000,00	85.000,00
Amortização de Empréstimos	85.000,00	75.000,00
Receita Industrial	45.000,00	35.000,00
Alienação de Bens	175.000,00	200.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	675.000,00	750.000,00
Operações de Crédito	180.000,00	175.000,00
Contribuições	110.000,00	120.000,00
Receita Agropecuária	25.000,00	15.000,00

Despesas Orçamentárias	Fixação na LOA	Empenho	Liquidação	Pagamento
Juros e Encargos da Dívida	105.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	700.000,00	700.000,00	696.000,00	690.000,00
Amortização da Dívida	150.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Investimentos	370.000,00	360.000,00	350.000,00	340.000,00
Inversões Financeiras	150.000,00	150.000,00	145.000,00	145.000,00
Outras Despesas Correntes	200.000,00	155.000,00	154.000,00	150.000,00

Despesas com Pessoal por Poder	Valor
Poder Legislativo	60.000,00
Poder Executivo	636.000,00
Consolidado	696.000,00

## Informações Adicionais:

No exercício de 2023, o Poder Executivo contratou operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, no valor de R\$ 80.000,00, quitados integralmente dentro do exercício, com juros remuneratórios de R\$ 4.000,00. No mesmo ano foram abertos créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, no valor de R\$ 20.000,00. O Município recebeu Caução em garantia de execução contratual de obras, no valor de R\$ 40.000,00, a ser devolvida ao licitante em 2025.

## Questão 44

Considerando os dados fornecidos, assinale a alternativa que representa o valor dos fluxos de caixa recebidos nas atividades de financiamento, a ser evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2023:

- A) 80.000,00.
- B) 120.000,00.
- C) 155.000,00.
- D) 225.000,00.
- E) 300.000,00.

## Questão 45

No Balanço Financeiro referente ao exercício de 2023, o valor a ser evidenciado na linha “Recebimentos Extraorçamentários” é:

- A) 40.000,00.
- B) 80.000,00.
- C) 120.000,00.
- D) 140.000,00.
- E) 160.000,00.

**Questão 46**

Da análise dos dados orçamentários do Município de Santa Cruz, é possível concluir que:

1. O total da dotação atualizada ao final do exercício será igual ao total da despesa orçamentária fixada na Lei Orçamentária Anual.
2. O resultado orçamentário apurado no exercício é um *superavit* de R\$ 215.000,00.
3. A economia orçamentária obtida no exercício foi de R\$ 90.000,00 ao passo que o excesso de arrecadação foi de R\$ 100.000,00.
4. Os Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício de 2023 importam em R\$ 20.000,00.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) 1 e 4.
- B) 2 e 3.
- C) 2 e 4.
- D) 1, 2 e 4.
- E) 2, 3 e 4.

**Questão 47**

Com base nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sobre os limites das Despesas com Pessoal dos entes da Federação, é correto afirmar que:

- A) Tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo estão acima do limite máximo permitido pela LRF.
- B) O ente municipal está abaixo do limite prudencial permitido pela LRF; contudo, ultrapassou o limite de alerta.
- C) O Poder Legislativo está acima do limite máximo estipulado pela LRF e o Poder Executivo está abaixo do limite.
- D) O Poder Executivo está acima do limite máximo estipulado pela LRF e o Poder Legislativo está abaixo do limite.
- E) O ente municipal consolidado está abaixo do limite máximo permitido pela LRF; contudo, ultrapassou o limite prudencial.

**Questão 48**

Ricardo é contador do Poder Executivo Municipal de Águas Profundas. Ao consultar o relatório diário de arrecadação, ele constata que houve, em 12/06/2024, R\$ 35.000,00 registrados a título de Imposto Predial e Territorial Urbano, que já haviam sido objeto de lançamento tributário no início do exercício. Nesse contexto, e com base na estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), é correto afirmar que Ricardo deverá efetuar lançamentos contábeis nas seguintes naturezas de informação:

- A) Patrimonial e financeira, apenas.
- B) Orçamentária e de controle, apenas.
- C) De custos, orçamentária e financeira.
- D) Orçamentária, patrimonial e de controle.
- E) Patrimonial, financeira e de compensação.

**Questão 49**

Durante a execução de uma auditoria de demonstrações contábeis, o auditor José busca evidências para formar convicção sobre os saldos registrados em Estoques de Mercadorias ao final do exercício de 2022. Para tanto, ele executa os seguintes procedimentos:

1. Compara os saldos com aqueles registrados ao final dos exercícios de 2020 e 2021, a fim de saber se houve oscilações significativas. Assim, ele percebe que o saldo, em 31/12/2022, é bem maior do que no encerramento dos anos anteriores.
2. José questiona de forma verbal o diretor de compras da entidade, que informa que houve aquisições relevantes nos dois últimos meses do ano, a fim de aproveitar preços mais competitivos.
3. Por fim, para confirmar a informação, José examina a razão da conta-contábil de Estoques, verificando se os dez últimos registros de entrada efetuados na conta estão acompanhados da respectiva nota fiscal.

No caso em tela e, de acordo com as normas de auditoria que regem o tema, é correto afirmar que os procedimentos descritos em 1, 2 e 3 são denominados, respectivamente:

- A) Inspeção, indagação e observação.
- B) Procedimentos analíticos, indagação e inspeção.
- C) Procedimentos analíticos, indagação e recálculo.
- D) Revisão analítica, confirmação externa e observação.
- E) Procedimentos analíticos, confirmação interna e inspeção.

## Questão 50

À luz da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, que traz importantes conceitos e diretrizes para o tratamento dos custos no âmbito do setor público, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os custos podem ser determinados usando diferentes métodos de custeio e bases de mensuração, de acordo com o uso pretendido da informação. Toda informação de custo, independentemente do modo como é apresentada, deve ser rastreável até a fonte de dados da qual se originou.
- II. No âmbito do setor público, a terminologia “custo variável” se refere à utilização de recursos que não podem ter seu controle atribuído a um gestor de determinado nível hierárquico.
- III. A alocação de custos indiretos deve ser dispensada quando for arbitrária e as informações geradas não atendam às características qualitativas e às restrições da informação de custos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

## Questão 51

“Este princípio, de cunho constitucional, determina que os créditos aprovados no orçamento não podem ser remanejados, transpostos ou transferidos em programas, atividades ou projetos diferentes daqueles para os quais foram originalmente destinados, sem que haja autorização legislativa específica. Em outras palavras, o Poder Executivo não pode, por conta própria, realocar verbas entre diferentes categorias de programação ou órgãos sem que o legislativo autorize, o que ajuda a impedir o desvio de recursos e a manter a conformidade com o planejamento orçamentário aprovado.” O trecho se refere ao Princípio da:

- A) Unidade.
- B) Vinculação.
- C) Exclusividade.
- D) Proibição de Estorno.
- E) Rigidez Orçamentária.

## Questão 52

Na contabilidade tributária, cada tributo possui características específicas de incidência e forma de apuração. Dentre as afirmativas a seguir, assinale a que melhor descreve a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

- A) Refere-se ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência municipal, incidente sobre a prestação de serviços previstos em lei complementar.
- B) É um imposto de competência estadual que incide sobre a circulação de mercadorias e serviços de transporte e comunicação, com alíquotas variáveis entre os estados.
- C) Trata-se de um imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, incidente sobre o lucro líquido ajustado, com alíquota padrão de 15%, mas com adicional em alguns casos.
- D) É uma contribuição destinada ao Programa de Integração Social, que incide sobre a folha de pagamento, sendo destinada a financiar o abono salarial e o seguro-desemprego.
- E) É uma contribuição social que incide sobre o faturamento bruto das empresas, destinada a financiar a seguridade social, com diferentes regimes de apuração, como o cumulativo e o não cumulativo.

## Questão 53

“Indicador amplamente utilizado na análise de viabilidade de projetos financeiros de longo prazo, através do qual o valor presente dos fluxos de caixa futuro é igualado ao valor inicial do investimento. Em outras palavras, esse indicador representa o retorno anual composto que a empresa obterá, se investir no projeto e receber as entradas de caixa previstas. O trecho se refere à(ao):

- A) Taxa de Payback.
- B) Taxa Interna de Retorno.
- C) Margem de Contribuição.
- D) Taxa de Juros de Mercado.
- E) Retorno sobre o Capital Próprio.

## Questão 54

Os créditos adicionais são ferramentas previstas na Lei nº 4.320/1964, destinados à retificação do orçamento vigente. Sobre o tema, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) Os créditos adicionais classificam-se em: suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- ( ) A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.
- ( ) Uma das fontes passíveis de utilização quando da abertura de créditos adicionais é o *superavit* financeiro, indicador que demonstra a existência de recursos disponíveis, e que é calculado no Balanço Financeiro.

A sequência está correta em

- A) V, F, F.
- B) F, F, V.
- C) V, V, F.
- D) F, V, F.
- E) V, F, V.

## Questão 55

O controle da Administração Pública pode ser exercido de diferentes formas e por distintos órgãos, visando assegurar a legalidade, eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos. Em relação aos controles interno e externo, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle interno limita-se à verificação da legalidade dos atos de gestão financeira, sem abranger os aspectos de eficiência e a economicidade das operações dos órgãos públicos.
- II. O controle externo da Administração Pública é realizado pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, enquanto o controle interno é realizado por órgãos específicos dentro da própria Administração Pública.
- III. Um ato administrativo tido como regular pelo órgão de controle interno não poderá ser objeto de questionamento pelos órgãos de controle externo.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

## Questão 56

O professor do curso de Direito de uma instituição de ensino superior de Ji-Paraná/RO dividiu sua turma de alunos em grupos e promoveu uma gincana com perguntas sobre conhecimentos acerca dos Poderes da República e dos órgãos e entidades previstos na Constituição Federal de 1988. Dentre as manifestações dos grupos a seguir transcritas, apenas uma é correta; assinale-a.

- A) Grupo Delta: “A prerrogativa de inamovibilidade foi atribuída apenas aos juízes integrantes do Poder Judiciário; aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública foram previstas a vitaliciedade e a irredutibilidade de subsídios.”
- B) Grupo Beta: “A despeito de vinculado à estrutura do Poder Executivo, ao Ministério Público foi constitucionalmente salvaguardada a autonomia funcional e administrativa, considerando seu múnus de fiscal da lei e do ordenamento jurídico.”
- C) Grupo Alfa: “Dada a sua posição hierárquica, inclusive com competência para julgamento de transgressões disciplinares de servidores e magistrados, o Conselho Nacional de Justiça é órgão autônomo, não integrante da estrutura de qualquer Poder, com independência administrativa e financeira.”
- D) Grupo Ômega: “As Defensorias Públicas são as instituições vinculadas aos Poderes Executivos da União, Estados ou Municípios, conforme o caso, às quais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.”
- E) Grupo Gama: “A Constituição Federal prevê a criação pelos Estados de justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação; a criação de justiça de paz também é prevista no âmbito da União, do Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.”

## Questão 57

Considerando o tema da improbidade administrativa e a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), assinale a afirmativa correta.

- A) Excluem-se da abrangência da LIA o agente político e todo aquele agente público que exerça tal função transitoriamente ou sem remuneração.
- B) A LIA foi julgada inconstitucional na parte que estabelece penas de multa e proibição de contratar com o poder público, visto que extrapolou o regramento constitucional sobre o assunto.
- C) Após a vigência da Lei nº 14.230/2021, que reformou diversos pontos da LIA, deixou de existir, no ordenamento jurídico, a tipificação para atos culposos de improbidade administrativa.
- D) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, substituindo eventual ação penal.
- E) A LIA (Lei nº 8.429/1992) é um diploma legal federal, de forma que se aplica aos servidores da União; servidores de Estados e Municípios não se submetem a tal regime, mas sim de acordo com o regramento estabelecido pelos respectivos entes a que estão vinculados.

## Questão 58

Foi promovido um seminário no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, cuja temática central são os direitos humanos e direitos fundamentais. Ana, Mariana e Juliana, analistas judiciárias, discutiam a respeito do assunto durante o *coffee break* do evento. Ana afirmou que há dispositivo expresso na Constituição prevendo que em suas relações internacionais um dos princípios que regerá a atuação do Brasil é o da prevalência dos direitos humanos. Mariana acrescentou que os tratados e AS convenções internacionais sobre direitos humanos são recepcionados no ordenamento jurídico brasileiro quando aprovados por três quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, adquirindo *status* de lei complementar. Juliana, a seu turno, ponderou que a Constituição da República carece de atualização em seu texto especificamente com relação à proteção dos dados pessoais nos meios digitais, pois, embora tais dados sejam protegidos por lei específica, tal proteção não está prevista como direito fundamental dos indivíduos. Da análise do diálogo entre as servidoras, conclui-se que:

- A) Somente Ana está correta.
- B) Somente Ana e Mariana estão corretas.
- C) Somente Mariana e Juliana estão corretas.
- D) Todas as servidoras estão corretas.
- E) Nenhuma das servidoras está correta.

## Questão 59

Analise as situações hipotéticas a seguir apresentadas.

- I. Suponha-se que lei da União tenha estabelecido normas gerais sobre custas dos serviços forenses; nesse caso, o exercício de tal competência legislativa pela União não exclui a competência suplementar do Estado de Rondônia com relação à temática abordada na legislação.
- II. José Guaporé foi recentemente eleito para o cargo de Deputado do Estado de Rondônia; é correto afirmar que terá mandato de quatro anos, a ele se aplicando, dentre outras, as regras da Constituição Federal sobre inviolabilidade, imunidades, licença e impedimentos.
- III. A empresa XYZ, estabelecida em Guajará-Mirim/RO, é parte legítima, nos termos da Constituição Federal, para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.
- IV. Aponiã Cabixi, cidadão rondoniense reconhecidamente pobre na forma da lei, tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita; a gratuidade também deve ser aplicada na eventualidade de Aponiã vir a impetrar *habeas data* perante o Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

### Questão 60

Em certo dia, um jornal de grande circulação do Estado de Rondônia trouxe notícias a respeito de uma empresa pública que explora atividade econômica, de uma autarquia prestadora de serviço público e de um empregado de empresa privada que atua como concessionária na gestão de uma rodovia estadual. Nos três casos, o jornal relata episódios envolvendo tais pessoas jurídicas que causaram danos aos usuários. Tendo por base tais informações e supondo-se que estejam configurados todos os elementos para a responsabilização pelos atos praticados, é correto afirmar que:

- A) Em nenhum dos casos se aplica a teoria do risco administrativo, devendo eventual responsabilidade ser apurada na forma da legislação civil.
- B) A empresa pública e a concessionária são pessoas jurídicas de natureza privada; logo, estão excluídas da regra de responsabilidade civil do Estado prevista constitucionalmente.
- C) Todas as pessoas jurídicas envolvidas, inclusive aquelas de natureza privada, estão sujeitas ao regime de responsabilidade objetiva do Estado, por expressa previsão constitucional.
- D) A autarquia e a empresa pública, dado serem pessoas jurídicas privadas, não se submetem ao regime de responsabilização estatal; a concessionária, por sua vez, será responsabilizada nos termos das demais pessoas jurídicas estatais, visto que presta serviço público.
- E) Tanto a autarquia quanto a concessionária deverão se submeter ao regime de responsabilização do Estado estabelecido no Art. 37, §6º, da Constituição Federal; a empresa pública que explora atividade econômica, a seu turno, se sujeita ao regime de responsabilização próprio das empresas privadas.

### ATENÇÃO



**NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.**  
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, notebook, smartphone ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre esses e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta, o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A prova terá duração de quatro horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
5. O caderno de provas é composto por sessenta questões para todos os cargos.
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em outro meio qualquer.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir de duas horas do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os três últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas juntos, após assinarem o Termo específico da Ata de Aplicação. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas de múltipla escolha de cada cargo/especialidade serão divulgados exclusivamente no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.